



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR LEONEL SEBASTIÃO VIEIRA
PRIMEIRO EMBAIXADOR DA GUINÉ-BISSAU
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS***

Sábado, 19 de Dezembro de 1987

Senhor Embaixador,

É para mim motivo de satisfação receber aqui Vossa Excelência e aceitar as Cartas que o acreditam como Primeiro Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Guiné-Bissau junto da Santa Sé. Ao agradecer-lhe, Senhor Embaixador, a afirmação dos sentimentos expressos, bem como a deferente saudação que me transmitiu do Senhor General João Bernardo Vieira, Chefe de Estado, dou-lhe as minhas boas-vindas, ao mesmo tempo em que lhe asseguro a minha benevolência para a alta missão que lhe foi confiada.

Este Acto reveste-se de duas significações especiais: marca o encontro entre o Romano Pontífice e o Governo e o Povo guineense, representados na pessoa de Vossa Excelência; e marca também, com a instauração das relações diplomáticas, a decisão comum de manter um diálogo que possa favorecer um conhecimento mútuo, delinear formas e traçar rumos no prosseguimento de amistosas relações, inseridas num contexto de respeito e liberdade.

Nas relações, uma das condições indispensáveis é o diálogo, que nos convida “ à busca de tudo aquilo que tem sido e continua sendo comum a todos os homens, mesmo no meio de tensões, oposições e conflitos. fazer do outro um próximo. aceitar a sua colaboração, é partilhar com ele a responsabilidade frente à verdade e à justiça. propor e estudar todas as formas possíveis de conciliação honesta, sabendo unir à justa defesa dos interesses e da honra da própria parte uma não menos justa compreensão e respeito para com as razões da outra parte, bem como as exigências do bem geral, comum a ambas ” (Ioannis Pauli PP. II, *Nuntius ob diem ad pacem*

fovendam dicatum pro a.D. 1983, 6 die 8 dec. 1982: Insegnamenti di Giovanni Paolo II, V, 3 (1982) 1546 s.). Assim é possível obter a colaboração de todos e se pode fazer apelo à solidariedade universal, sobretudo quando se tem de enfrentar situações difíceis, entre as quais merecem destaque os graves problemas que se referem às condições básicas para a sobrevivência, para a alfabetização e educação, que afectam as classes mais pobres.

Vossa Excelência aludiu a problemas do nosso tempo e à esperança que o Governo do seu País deposita na Igreja, no que diz respeito à causa da paz e da dignidade da pessoa humana. Na verdade, estes pontos fazem parte essencial da missão que a Igreja recebeu do seu divino Fundador; e, fiel a este mandato irrenunciável, Ela peregrina no tempo iluminando os acontecimentos humanos com a mensagem ouvida outrora: “ Paz na terra aos homens de boa vontade ” (*Luc. 2, 14*). Nestes últimos tempos têm sido mais insistente a sua voz e mais numerosos os seus gestos na salvaguarda e na promoção do bem imenso que é a paz, e daquilo que lhe é não só conexo mas pressuposto basilar a dignidade da pessoa humana, incluída a dimensão da liberdade religiosa. Estes bens inestimáveis, continuamente ameaçados, exigem como marco, para serem firmes o duradouros, o respeito dos direitos invioláveis da pessoa humana, entre os quais não se pode deixar de pôr em relevo os valores éticos; exigem também a promoção da justiça entre as pessoas e os povos; e comportam igualmente “ os direitos das Nações a conservar e a defender a sua independência, a sua identidade cultural, a possibilidade de se organizar socialmente, de gerir os seus negócios e de conduzir o seu destino livremente, sem estar à mercê, directa ou indirectamente, das potências estrangeiras ” (*Ioannis Pauli PP. II, Allocutio ad nationum Legatos, novo anno ineunte coram admissos, 7, die 10 ian. 1987: Insegnamenti di Giovanni Paolo II, X, 1 (1987) 77*).

Numa época como a nossa, ensombrada por tantas dificuldades, mas também aberta para acolher os apelos mais nobres e altos, a Igreja deseja servir a todas as pessoas, sem distinção de raça, classe ou cultura; e, sem pretender posições de privilégio, deseja mais que seja reconhecido o espaço de liberdade religiosa onde possam actuar os seus fiéis e colaborar para o bem comum; deseja ainda, em espírito de mútua colaboração e harmonia com quem dirige os destinos de cada Nação, favorecer a grande causa do homem, especialmente do mais pobre e necessitado. Para poder realizar esta vocação de serviço, a Igreja encarna-se na realidade de cada povo, na sua história e cultura, participa do seu esforço de desenvolvimento, vive solidariamente as dores humanas e toma parte nas suas dificuldades assumindo e promovendo as suas legítimas aspirações.

Senhor Embaixador,

Ao evocar gestos do meu venerado Predecessor, o Papa Paulo VI, quis Vossa Excelência relevar a sua significação para os ideais da sua jovem Nação, recentemente chegada à independência; e, ao enunciar dificuldades encontradas para o seu desenvolvimento, salientava, entre outros, o valor da cooperação. Isto propicia-me grato ensejo para afirmar a boa vontade da Igreja em

colaborar para o progresso social e espiritual do seu País. Para tanto confia ela que os fiéis católicos da Guiné-Bissau possam ocupar o lugar e desempenhar a tarefa que lhes cabe, como cidadãos e cristãos, na promoção do bem comum e no progresso da Nação.

Asseguro-lhe que poderá contar com disponibilidade, compreensão e a possível assistência e colaboração da parte da Santa Sé, para um desempenho da sua missão que desejo feliz. E, pedindo que apresente as melhores saudações ao Senhor Chefe de Estado, imploro para a pessoa de Vossa Excelência e para o Povo da Guiné-Bissau e suas Autoridades os favores e bênçãos de Deus Omnipotente.

*AAS 80 (1988), p.1016-1018.

Insegnamenti di Giovanni Paolo II, vol. X, 3 pp. 1458-1461.

L'Attività della Santa Sede 1987 pp. 1050-1052.

L'Osservatore Romano 20.12.1987 p.6

© Copyright 1987 - Libreria Editrice Vaticana

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana